

Inês Costa

inesrcosta6@hotmail.com

Gestão de risco na circulação de bens culturais: cuidados de manuseamento

Resumo

Este artigo explora uma secção do Relatório de Estágio intitulado "Gestão de Risco em Contexto de Circulação de Bens Culturais em Instituições Museológicas. O Caso do Museu Nacional de Machado de Castro", desenvolvido no âmbito do Mestrado em Museologia da FLUP, sob a orientação da Prof. Doutora Paula Menino Homem, FLUP, e da Dr.ª Virgínia Gomes, do Museu Nacional de Machado de Castro.

A circulação de bens culturais é um procedimento recorrente no quotidiano dos museus. São várias as situações que podem levar à movimentação de objetos, quer a nível interno quer externo, e que interferem no seu estado de conservação, estudo, divulgação, valoração e valorização.

O manuseamento dos objetos é essencial à sua circulação. Os profissionais responsáveis devem, por isso, tomar as medidas necessárias para garantir a sua preservação. Este artigo pretende contribuir para tal, apresentando um conjunto de medidas que, sendo adotadas, podem prevenir potenciais danos durante processos de manuseamento.

Palavras-chave

Gestão de Risco; Circulação de Bens Culturais; Manuseamento.

Nota biográfica

Inês Costa é licenciada em Conservação e Restauro pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa (2016), e mestre em Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2018).

Abstract:

This article explores a section of the Internship Report entitled "Gestão de Risco em Contexto de Circulação de Bens Culturais em Instituições Museológicas. O Caso do Museu Nacional de Machado de Castro", developed within the Master's Degree in Museology of FLUP, under the supervision of Prof. Paula Menino Homem, FLUP, and Virgínia Gomes, from Museu Nacional de Machado de Castro.

The circulation of cultural assets is a recurring procedure in the daily life of museums. There are several situations that can lead to the movement of objects, both internally and externally, and which interfere with their conservation state, study, dissemination, valuation and valorisation.

Handling of objects is essential to their circulation. The responsible professionals must, therefore, take the necessary measures to ensure their preservation. This article intends to contribute to this, presenting a set of measures that, when adopted, may prevent potential damages during handling processes.

Keywords

Risk Management; Cultural Heritage Circulation; Handling.

Biographical note

Inês Costa graduated in Conservation and Restoration by the Faculty of Sciences and Technology, Nova University Lisbon (2016), and has a master's degree in Museology by the Faculty of Arts and Humanities, University of Porto (2018).

Introdução

A circulação de bens culturais é um processo frequente no quotidiano dos museus, constituindo um contexto de risco caso não seja feita corretamente. Pode ocorrer a nível interno ou externo. A nível interno, em que o objeto não deixa a instituição responsável, pode ocorrer por diferentes motivos como, por exemplo, de organização e estudo das coleções, inventariação, intervenções de conservação e restauro, ou ainda de rotação de objetos entre as reservas e a exposição permanente ou para exposições temporárias. A nível externo, pode resultar da necessidade de intervenções de conservação e restauro, cedência para exposições temporárias ou depósitos noutras instituições.

Este processo não está isento de riscos, sendo os agentes de deterioração identificados como de maior relevo na circulação de bens culturais os relacionados com forças físicas, atos criminosos, negligência, contaminantes, e humidade relativa e temperatura incorretas. Os métodos de manuseamento revelam-se de grande importância, uma vez que podem dar origem a danos causados pelo exercício de forças físicas, bem como por alguns contaminantes. A definição e implementação de normas, assumindo-se uma atitude de

precaução, podem contribuir para eliminar ou mitigar tais riscos de dano.

Os métodos de manuseamento de bens culturais têm sido alvo de estudo por parte de membros da comunidade científica nas áreas do património cultural, em geral e da museologia e da conservação preventiva em particular, tendo vindo a ser definidas várias normas, no sentido de zelar pela sua preservação.

Objetivo

O presente artigo tem como base o trabalho desenvolvido no âmbito do estágio realizado no Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC), em 2018. Não obstante terem sido investigados todos os aspetos inerentes à circulação de bens culturais e a sua aplicação à realidade específica do MNMC, é objetivo deste artigo destacar e explorar apenas a questão do manuseamento, considerando a sua importância, pelo que são apresentadas normas de manuseamento que, a partir das coleções deste museu, terão a sua aplicação a coleções de outros, nomeadamente de pintura, de escultura, de ourivesaria e joalheria, de documentos gráficos (incluindo desenhos e livro antigo), de têxteis, de cerâmica e vidro e de mobiliário.

Metodologia

A metodologia adotada fundamentou-se, essencialmente, nos métodos de pesquisa documental, fazendo-se uma revisão de literatura, etnográfica, através de observação, e por inquérito, através de entrevista.

A revisão da literatura foi um processo crucial, realizado ao longo de toda a duração do estágio, permitindo uma caracterização do estado da arte relativamente a este tema, tanto no panorama nacional como no internacional. Foi possível reunir várias normas e indicações do que deve ser seguido no quotidiano de uma instituição museológica, de maneira a preservar as várias coleções e evitar danos pelo incorreto manuseamento. Foi a base para o trabalho desenvolvido, sendo depois combinada com a informação recolhida através de entrevistas e observações.

A observação pode ser definida como “um conjunto de operações, em que o modelo de análise (hipótese e conceitos) é confrontado com dados observáveis” (Quivy, 2005, p.18). A informação resultante da pesquisa por observação é mais objetiva e imparcial relativamente ao tópico (Dawson, 2006), concentrando-se apenas na experiência. Deve identificar-se o que vai ser observado (Dawson, 2006) e responder a três questões “o que vamos observar?”, “quem serão as pessoas

observadas?” e “como será feita a observação?” (Quivy, 2005).

Existem dois tipos de observação: a participante e a não participante. A observação participante desenvolve-se quando o indivíduo se insere por completo e interage com o meio que está a estudar. No caso da observação não participante, o indivíduo não interage com o que está a observar, com o objeto de estudo, e não o influencia. A partir deste tipo de observação poderá ter-se uma visão supostamente mais objetiva (Bogdan, 1994). À luz destes princípios, foi assumida uma observação não participante, em que o investigador estava inserido no ambiente, apenas observando e registando procedimentos.

Para Mason (2002), o inquérito por entrevista permite ao investigador recolher informação personalizada, devendo ser considerado o ambiente onde é conduzida a entrevista. Pode optar-se por um ambiente mais natural – o local onde os entrevistados trabalham, por exemplo – para resultados mais reais, ou por um lugar mais privado e com menos distrações, para aumentar o conforto. Também devem ser desenvolvidos meios para a gravação da entrevista, uma vez que a transcrição, no momento, pode causar perda de alguns detalhes e informação valiosa (Dawson, 2006). Tendo estes aspetos em consideração e para

caracterizar as políticas e práticas assumidas pelo MNMC, foi desenvolvida uma entrevista semiestruturada, com perguntas de resposta aberta e de resposta fechada.

1. Gestão de Risco em Museus

A gestão de risco, com especial interesse pelo contexto de bens culturais em instituições museológicas, implica a sua previsão e avaliação, tendo em vista o planeamento quanto à melhor estratégia de promover a sua eliminação ou mitigação, bem como a resposta em caso de emergência e respetiva recuperação, no sentido do garante da preservação dos bens (Homem, 2012; 2014). É primeiro necessário contextualizar a situação, identificar quais são os agentes de deterioração e os tipos de risco presentes, analisando cada um deles, de modo a estimar a probabilidade de ocorrência e os respetivos efeitos (Michalski & Pedersoli Jr, 2016; Pedersoli Jr, Antomarchi & Michalski, 2016).

O Canadian Conservation Institute (CCI) (2017) sistematizou dez tipos de agentes que podem causar a deterioração dos bens culturais: forças físicas, fogo, água, ações criminosas, pragas, poluentes, luz e radiações invisíveis, temperatura (T) incorreta, humidade relativa (HR) incorreta e negligência institucional. Os riscos, que podem ser considerados como “a hipótese de algo acontecer que pode ter um

efeito negativo nos nossos objetivos” (tradução livre de Pedersoli Jr., Antomarchi e Michalski, 2016, p. 9), são a associação dos dez agentes de deterioração à probabilidade de acontecerem e aos efeitos esperados, resultando na definição de um total de 23 tipos de risco (Waller, 1994, 2002). Os tipos de risco consideram eventos catastróficos, ocorrências comuns e processos cumulativos, que podem resultar na perda de valor (Michalski & Pedersoli Jr, 2016).

Após a avaliação e cálculo da magnitude de risco, é possível definir prioridades e considerar as medidas preventivas a aplicar para evitar que um risco ocorra, devendo estas ser monitorizadas regularmente para garantir a sua eficácia (Pedersoli Jr, Antomarchi & Michalski, 2016). A gestão de risco deverá ser um processo contínuo e fazer parte do quotidiano das instituições.

1.1. Gestão de risco na circulação de objetos museológicos

Conforme mencionado anteriormente, os agentes de deterioração que podem ter maior relevo durante a circulação de bens culturais relacionam-se com ações criminosas, contaminantes, temperatura e humidade relativa incorretas, negligência institucional e forças físicas.

As ações criminosas, em que se podem incluir atos de vandalismo, o furto ou o roubo, são um risco cuja probabilidade de ocorrer aumenta quando um objeto museológico é movimentado do seu local de exposição ou reserva, uma vez que sem as condições de segurança adequadas, o seu acesso por parte de terceiros pode tornar-se mais fácil. Um objeto, quando é deslocado para uma exposição ou intervenção noutra instituição, pode ficar mais vulnerável a ações criminosas, caso não sejam asseguradas as condições de segurança adequadas como, por exemplo, camiões fechados, pernoita em armazéns particulares, videovigilância nos locais de embarque e desembarque, acompanhamento por *courier* ou escolta policial.

A humidade relativa e a temperatura incorretas são dois dos fatores de risco que mais afetam química e fisicamente os bens culturais, podendo alterar os materiais de suporte e, conseqüentemente, a forma do objeto e a sua integridade. Na circulação de bens culturais móveis, estes riscos devem ser sempre considerados, uma vez que existe sempre uma mudança de localização e, potencialmente, de condições ambientais. Se o acondicionamento for incorreto e o controlo ambiental inexistente ou desajustado, nada protege o objeto da instabilidade ambiental, que pode resultar em alterações e danos. O objeto deve ter

acondicionamento adequado para o proteger de variações, sendo fundamental que os valores de humidade relativa e temperatura sejam aqueles a que o objeto está habituado e nos quais se encontra estável. Se necessário, deve ser aclimatizado, gradual e previamente (Thompson, 1986).

A contaminação do ar por poluentes pode resultar do incorreto acondicionamento de objetos museológicos, uma vez que se o sistema não for bem isolado, pode levar a que o objeto esteja em contato direto com contaminantes atmosféricos do espaço exterior. Os próprios materiais de acondicionamento devem ser selecionados, no sentido de não emitirem compostos que possam interagir com os materiais, causando dano (Tétreault, 2003), bem como, em complemento e sintonia com Homem (2013), devem assumir-se cautelas relativamente aos contaminantes que podem provir do manuseamento, quer a partir das próprias mãos quer dos materiais de suporte a luvas quer, ainda, de resíduos de produtos de sua manutenção, caso se trate de luvas de algodão.

A negligência institucional, neste caso, resultará da falta de produção de documentos cruciais para o empréstimo e pode levar à perda de informação sobre o objeto, ou, em casos extremos, à dissociação do mesmo. É, por isso, necessário definir e assegurar o respeito

por normas para as diversas fases do processo de circulação de um objeto – seguro, relatórios de estado de conservação, relatórios de condições de instalação, políticas de cedência, de manuseamento e transporte. No contexto de estudo, foram consideradas as normas definidas pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) (DGPC-DMCC-DMC, 2017).

Os agentes de deterioração com efeitos mais visíveis durante a circulação de objetos museológicos podem ser as forças físicas. De acordo com Pedersoli Jr, Antomarchi e Michalski (2016), serão mesmo o tipo de risco mais frequente neste contexto. Poderão relacionar-se com métodos incorretos de acondicionamento e manuseamento, causando danos por deformação, fragmentação, fissuração, mas também por destacamento e abrasão. Tanto em circunstâncias de circulação externa como interna, o correto manuseamento é fundamental para a prevenção de danos por este tipo de risco, sendo por isso necessário adotar comportamentos que respeitem o princípio da precaução (Ashley-Smith, 2002), bem como definir algumas normas que devem ser seguidas meticulosamente por parte dos profissionais responsáveis pela ação.

2. Manuseamento de Objetos Museológicos. Cuidados a Ter em Atenção.

2.1. Gerais

Durante o manuseamento de objetos museológicos existem cuidados a ter e várias normas que devem ser seguidas de uma forma geral, independentemente da categoria da coleção, de maneira a evitar os riscos inerentes ao processo de circulação, em particular, os associados a forças físicas.

A partir da informação coligida por Carvalho (2004) é possível perceber que, antes de qualquer tipo de manuseamento, o objeto deve ser examinado minuciosamente, percebendo se existe alguma característica ou fragilidade que possa condicionar a maneira como é manuseado. É necessário atender às dimensões e características de densidade e forma dos objetos, para garantir o número necessário de pessoas a envolver. No entanto, por mais pequeno que seja o objeto, o seu processo de movimentação nunca deve ser assumido por apenas uma pessoa, sendo precisas, no mínimo, duas, em que a função de uma delas irá ser desimpedir o caminho, abrindo portas, chamando elevadores e alertando outras pessoas que se encontrem na passagem. O percurso a ser realizado pelo

objeto museológico deve ser planeado atempadamente, tendo todos os envolvidos conhecimento do mesmo e dos obstáculos que possam encontrar. Qualquer dano que venha a ocorrer deve ser registado imediatamente, documentado com fotografias e caso haja perda ou destacamento de materiais, estes devem ser recolhidos e identificados para uma posterior reintegração, sendo guardados, o mais possível, junto do objeto. Durante o manuseamento de qualquer tipo de coleção, os profissionais não devem usar joias, ou outros adereços que possam prender-se nos objetos e causar danos, e devem selecionar o tipo de luvas adequado a cada objeto tendo em conta as suas características materiais e tecnológicas, dimensões e estado de conservação, no sentido de evitar danos resultantes da sudação, dos óleos ou da eventual sujidade das mãos. São recomendadas luvas de nitrilo ou de poliamida, como o nylon© (Barker, 2010), de algodão (Shelley, 1987), embora, em sintonia com Homem (2013), estas possam causar danos se as fibras ficarem presas no material ou se não forem lavadas com detergentes adequados, sugerindo como alternativa descartável as de vinilo desempoadas e recomendando atenção especial à vulnerabilidade dos metais, o que vem a ser reforçado por Burke (2016).

Apesar de existirem normas gerais que devem ser seguidas, independentemente do tipo de objetos museológicos, cada coleção tem características específicas que têm de ser tidas em conta. No entanto, acima de tudo, cada objeto é único, devendo atender-se às suas particularidades, sendo que cada caso é um caso.

2.2. Pintura

Uma pintura pode ser executada com diferentes técnicas e sobre vários suportes, sendo os mais comuns os de madeira, em tela esticada em grade, ou em metal, podendo ter moldura ou não.

A movimentação de pinturas em mãos deve ser feita considerando uma de cada vez (Shelley, 1987) e, já há muito que se recomenda (Sugden, 1946), as de médias ou grandes dimensões, ou com muito peso, devem ser manuseadas por mais do que uma pessoa. Para movimentar mais do que uma em simultâneo, pode ser utilizado um veículo de tipo zorra com apoio lateral, não devendo existir sobrecarga, colocando-as face com face e costas com costas, mas tendo o cuidado de utilizar materiais de separação entre elas, de modo a evitar danos por abrasão, assim como por choques e vibrações. As zorras devem ser forradas e ter as dimensões necessárias para suportar, pelo menos, dois terços do

comprimento da pintura, sempre com pessoal em ambos os lados do meio de transporte, de maneira a garantir a sua estabilidade (Shelley, 1987). Em pinturas de grandes dimensões, muito superiores às das zorras, pode ser necessária a utilização de guindastes.

Na eventualidade de ser preciso pousar uma pintura no chão durante a sua movimentação, deve recorrer-se a espuma de polietileno ou outro material quimicamente inerte, de maneira a evitar o contato direto com o chão.

O manuseamento de pinturas com moldura é mais seguro do que o de pinturas sem moldura, uma vez que esta fornece alguma proteção. As pinturas com moldura devem ser posicionadas na vertical, devendo colocar-se uma mão na base ou na parte inferior, e outra de lado, a amparar (Fig. 1).



Fig. 1 – Manuseamento de uma pintura com moldura. Correto em termos de posição das mãos, mas a carecer do uso de luvas adequadas. @ Inês Costa

No caso de pinturas em mau estado de conservação, com destacamentos, devem ser movimentadas na horizontal, com a camada pictórica virada para cima, de modo a evitar o agravamento da sua condição (Fig. 2).



Fig. 2 – Manuseamento de uma pintura sem moldura e em mau estado de conservação. @ Inês Costa

Nunca deve segurar-se pelo topo, mas sim em pontos onde a moldura não esteja degradada nem tenha saliências (Shelley, 1987). Em pinturas sem moldura, o procedimento é o mesmo, sendo necessária mais cautela e evitar, a todo o custo, o contacto com a camada cromática. As molduras nunca devem ser removidas, a não ser que coloquem em risco as pinturas.

2.3. Escultura

Os objetos escultóricos podem ter uma diversidade de materiais de suporte, formas e dimensões.

O manuseamento de esculturas de pequenas dimensões pode ser feito apenas por uma

peessoa a segurar, desde que o peso o permita. Uma mão deve segurar por baixo e outra amparar de lado, evitando agarrar-se pelas protuberâncias das esculturas, nomeadamente braços, pernas ou atributos. Quando não é possível ser apenas uma pessoa a segurar e são necessárias pelo menos duas (devido ao peso, por exemplo), uma deve segurar na base com as duas mãos e a outra segurar no topo ou laterais, pegando em áreas sólidas e planas e evitando, igualmente, quaisquer saliências, em sintonia com o indicado por Shelley (1987).

Em esculturas demasiado pesadas ou de grandes dimensões, deve ser utilizada uma zorra ou uma empilhadora, conforme recomendação do Heritage Collections Council (HCC) (1998) e, caso seja muito frágil, poderá ser acondicionada previamente, de modo a evitar o contacto direto com as superfícies da zorra.

2.4. Ourivesaria e joalheria

Objetos de ourivesaria e joalheria são, por norma, bastante frágeis. Deve procurar-se segurar pelas áreas menos trabalhadas (bases e parte de aperto de fios, por exemplo), colocando sempre a outra mão por baixo, a amparar (Shelley, 1987). Se forem objetos de grandes dimensões e compostos por mais do que uma parte, passível de ser separada,

deverá movimentar-se cada parte individualmente.

Dada a sua fragilidade, o seu manuseamento deve ser evitado ao máximo, utilizando, sempre que possível, tabuleiros forrados com materiais inertes como, por exemplo, espuma de polietileno, carrinhos ou zorras, no caso de objetos de grandes dimensões. Os tabuleiros, os carrinhos e as zorras devem ser levados até ao ponto mais próximo da carga e descarga, para evitar o seu manuseamento. Podem utilizar-se acolchoamentos adaptados à forma dos objetos se necessário.

2.5. Documentos gráficos

Os suportes das coleções de documentos gráficos são frágeis. Nos locais onde se encontram, deve proibir-se a presença de comida e de bebida, uma vez que, por exemplo, migalhas podem atrair insetos e estes são um risco especialmente agravado para coleções com suportes orgânicos como os dos documentos (Johnson, 2016).

Deve evitar-se o manuseamento de documentos avulsos sem auxílio de materiais de suporte, para evitar deformações ou rasgos. Nesse sentido, devem ser guardados em pastas feitas de materiais quimicamente inertes, como cartão para o suporte e uma folha de papel entre o documento e a pasta (Fig. 3).

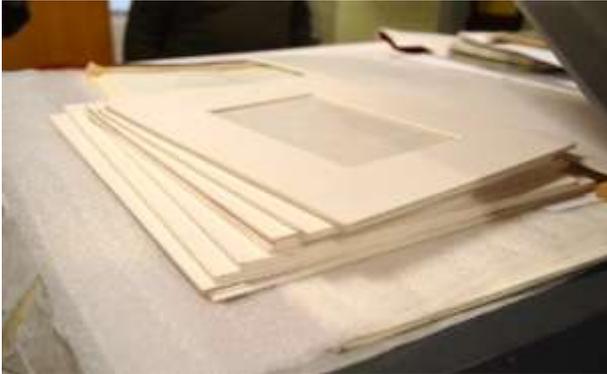


Fig. 3 – Método de acondicionamento em reserva de documentos gráficos, com cartões e papéis isentos de ácidos, que considera também o seu manuseamento.

@ Inês Costa

A movimentação de documentos em papel, mesmo que dentro das pastas, deve ser sempre realizada na horizontal (HCC, 1998). Quando não são usadas pastas, os documentos devem, pelo menos, ser colocados sobre um suporte rígido, como um cartão isento de ácidos, sendo este o sacrificado para o manuseamento. No processo de transferência para o suporte, ou na inexistência de um, os cuidados devem ser redobrados, utilizando-se as duas mãos para suportar o documento, dividindo o peso por toda a sua extensão e nunca agarrando-o pelos cantos, uma vez que são as zonas mais frágeis e o peso estaria a ser suportado apenas por essas áreas, o que potencia a ocorrência de rasgos.

Quando documentos avulsos se encontram empilhados, nunca devem ser organizados alinhando-os pelas pontas, como se de um baralho de cartas se tratasse, nem deve remover-se um que tenha outros documentos

por cima, sem que esses tenham sido removidos primeiro (Shelley, 1987).

No caso de livros em prateleiras, o HCC (1998) recomenda que não devem ser removidos agarrando-os pelo topo da lombada, mas sim segurando-os a meio, nunca arrastando, e utilizando a outra mão para segurar por baixo ou pelas encadernações. Os livros devem ser abertos gentilmente e, na impossibilidade de serem colocados na horizontal, devem utilizarem-se suportes adequados para se evitarem tensões e deformações. Para se virarem as páginas, Shelley (1987) reforça o alerta para a importância de não se utilizarem os cantos das folhas. Deverá, sim, colocar-se os dedos a meio das folhas e a suportar o seu peso.

2.6. Têxteis

Os objetos museológicos integrados na categoria de têxteis variam muito em tipologia, materiais e dimensões. Podem incluir desde colchas com vários metros de comprimento até indumentária diversa. São, por norma, vulneráveis a flutuações termohigrométricas, foto-oxidação, poluição ambiental e agentes biológicos, que provocam alterações físicas e químicas (Landi, 1998).

Em sintonia com o recomendado por Shelley (1987), os têxteis devem ser manuseados o mínimo possível. As superfícies com as quais



Fig. 4 – Método de acondicionamento de têxteis em reserva utilizando tubos, que podem ser utilizados para o seu manuseamento. @ Inês Costa

entram em contacto deverão ser preparadas previamente, desinfetadas, desinfestadas e forradas com os materiais adequados (espuma de polietileno, tecido ou papel isento de ácidos, por exemplo), não devendo ser colocados diretamente em superfícies de materiais rugosos, nomeadamente madeiras, uma vez que tal pode causar danos pelo facto das fibras se prenderem ao material. Se forem resistentes e de grandes dimensões, como tapeçarias e colchas, podem ser acondicionados enrolados à volta de tubos – de cartão por exemplo – forrados com materiais inertes (Fig. 4). Estes suportes poderão ser utilizados para sua movimentação, com uma pessoa a segurar em cada ponta.

Para Landi (1998), os têxteis não devem ser movimentados sem suportes. Deve evitar-se empilhar uns sobre os outros e nunca movimentar mais do que um de cada vez. Objetos de vestuário de pequenas dimensões, acondicionados com recurso a enchimentos, podem ser movimentados com os mesmos, cuidadosamente, em tabuleiros ou em mão. Podem ser utilizadas cruzetas, desde que devidamente forradas, embora nunca deva segurar-se apenas pela cruzeta ou por uma só parte do objeto. Deve, antes, utilizar-se os dois braços para distribuição do peso do objeto.

2.7. Cerâmica e vidro

Este tipo de materiais é especialmente vulnerável a forças físicas. Um incorreto manuseamento pode originar uma queda, que pode resultar em fratura, com diferenciada severidade. Assim, os objetos devem ser manuseados o menos possível, podendo recorrer-se a tabuleiros forrados com espumas inertes como suporte, carrinhos ou zorras, dependendo das suas dimensões e peso (Shelley, 1987).

No caso de superfícies vítreas, será de evitar o uso de luvas de algodão, substituindo-as por luvas de polímeros sintéticos e com características antiderrapantes (HCC, 1998). De evitar deverá ser, ainda, o manuseamento segurando os objetos por saliências, como

pegas ou elementos decorativos. Deverá, sim, segurar-se pelos lados, levantando-se para sua remoção do sistema de acondicionamento em reserva ou exposição e, depois, colocando uma mão no fundo e outra mais em cima ou lateralmente para amparar (Shelley 1987).

Em sintonia com Johnson (2016), objetos com tampa ou compostos por várias partes têm de ser movimentados separadamente, de modo a evitar danos por abrasão. Se existirem partes soltas, mas que não podem ser removidas, pode colocar-se espuma de polietileno entre elas. Objetos de vidro planos, como espelhos ou vitrais, devem ser movimentados na vertical, de maneira a distribuir o peso da superfície e a minimizar a probabilidade de se partirem. Se forem de grandes dimensões, é recomendado o uso de carrinho, com a superfície forrada e apoio lateral, com cuidado redobrado no seu acompanhamento.

2.8. Mobiliário

Muitos objetos de coleções de mobiliário são de grandes dimensões, sendo, por isso, sempre recomendado o uso de carrinhos no seu transporte, com alguns cuidados em mente.

Nunca deve arrastar-se ou empurrar-se objetos de mobiliário. Devem ser seguros e levantados pela parte mais resistente, normalmente o fundo (Murdock, 2016), suportando o peso

com os joelhos e nunca com as costas (Shelley, 1987). Quando são objetos de mobiliário com gavetas ou portas, estas devem ser presas, nunca utilizando fita-cola adesiva, pois pode deixar vestígios ou destacar elementos da superfície, nem cordas sem proteção, uma vez que podem causar riscos. O mais indicado será utilizar fita de nastro, uma vez que é menos abrasiva (Murdock, 2016). Se necessário, e possível, as gavetas podem ser removidas. Objetos compostos por várias partes desenhadas para serem separadas, como mesas com tampos, devem ser desmontados movimentados isoladamente (Shelley, 1987).

A maioria dos objetos deste tipo de coleção, pelas suas dimensões e peso, exige que seja sempre manuseada por, pelo menos, duas pessoas, nem que seja só para colocar no carrinho de transporte. Objetos de dimensões menores, como cadeiras, por exemplo, podem ser manuseados apenas por uma pessoa.

Considerações Finais

A circulação de bens culturais móveis é um processo recorrente no quotidiano das atividades das instituições museológicas. É necessário para a melhor gestão e organização das coleções, bem como para o seu estudo, divulgação e preservação, devendo ser assumidos cuidados para eliminar os fatores de risco que causam danos aos objetos,

nomeadamente as forças físicas; o fator mais presente no manuseamento de objetos museológicos dentro das instituições.

A integridade dos objetos museológicos deve ser sempre prioritária, no sentido da garantia da sua preservação. Ao fixar orientações e regras, tanto gerais como específicas para cada coleção, a serem seguidas pelos profissionais que interagem diariamente com as coleções, as instituições museológicas podem eliminar ou mitigar os danos infligidos aos objetos, evitando a sua desvalorização e/ou perda.

Referências

Ashley-Smith, J. (2002). Sustainability and precaution - Part 1. *Conservation Journal*(40). [Em linha]. Disponível em: <http://www.vam.ac.uk/content/journals/conservation-journal/issue-40/sustainability-and-precaution-part-1/>, a 12.04.2017.

Barker, C. S. (2010). How to select gloves: an overview for collections staff. *Conserve O Gram*, 1(12). [Em linha]. Disponível em: <https://www.nps.gov/Museum/publications/conservoogram/01-12.pdf>, a 12.03.2016.

Burke, M. (2016). Appendix O. Curatorial care of metal objects. In NPS (Ed.), *The NPS Museum Handbook, Part I, Museum Collections* (O:1 – O:15). Washington DC: National Park Service.

CCI. (2017). *Agents of Deterioration*. Canadian Conservation Institute. [Em linha]. Disponível em: <http://canada.pch.gc.ca/eng/1444330943476>, a 25.03.2018.

Carvalho, A. (Coord.). (2004). *Coleção Temas da Museologia: Circulação de Bens Culturais Móveis*. Lisboa. Instituto dos Museus e Conservação.

Dawson R., Hacock, B. A. (2006). *Doing Case Study Research: A Practical Guide for Beginning Researchers*. Teachers College: Columbia University.

Agradecimentos

A autora expressa os seus agradecimentos às suas orientadoras, Paula Menino Homem e Virgínia Gomes, por todo o seu incentivo, apoio, supervisão e revisão científicas, bem como a toda a equipa do Museu Nacional de Machado de Castro, cuja colaboração foi essencial para o desenvolvimento do trabalho desenvolvido, no qual este pequeno contributo se inclui.

Costa, I. (2018). Gestão de risco na circulação de bens culturais: cuidados de manuseamento. In P. M. Homem, A. Marques & M. Santos (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 07, pp. 69-84). Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP.

DGPC - DMCC-DMC (Ed.) (2017). *Guia de Procedimentos: Cedência Temporária e Circulação de Bens Culturais Móveis de Museus, Palácios e Monumentos da Direção-Geral do Património Cultural. Documento Interno*. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural.

HCC (Ed.) (1998). *ReCollections: Caring for Collections across Australia*. Canberra: Heritage Collections Council_HCC.

Homem, P. M. (2012). Risco. Termos e conceitos. Tipologias e categorias. Perceção e avaliação - modelos. *Mestrado em Museologia. Riscos, Museus e Vulnerabilidades*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Homem, P. M. (2013). Conservação preventiva em contextos culturais. Recursos tecnológicos para gestão de risco ambiental; poluição. *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património. Homenagem a Armando Coelho Ferreira da Silva*(XII), 305-317.

Homem, P. M. (2014). Gestão integrada de risco para o património. A proteção em situação de emergência. *PROCIV, Boletim Mensal da Autoridade Nacional de Protecção Civil*(75), 6-9.

Johnson, J. S. (2016). Appendix P. Curatorial care of ceramic, glass, and stone objects. In NPS (Ed.), *The NPS Museum Handbook, Part I, Museum Collections* (P:1-P:26). Washington DC: National Park Service.

Landi, S. (1998). *Textile Conservator's Manual*. London: Butterworth-Heinemann.

Mason, J. (2002). *Qualitative Researching* (2nd ed.). London: Sage.

Merrill, R. M., Richard, M., & Mecklenburg, M. F. (Eds.) (1997). *Art in Transit: Handbook for Packing and Transporting Paintings* (2nd ed.). Washington: National Gallery of Art.

Michalski, S. & Pedersoli Jr, J. L. (2016). *The ABC Method: a Risk Management Approach to the Preservation of Cultural Heritage*. Ottawa: Canadian Conservation Institute.

Murdock, C. (2016). Appendix N. Curatorial care of wooden objects. In NPS (Ed.), *The NPS Museum Handbook, Part I, Museum Collections* (N:1-N:28). Washington DC: National Park Service.

Pedersoli Jr, J L., Antomarchi, C., & Michalski, S. (2016). *A Guide to Risk Management*. Ottawa: ICCROM, Government of Canada, Canadian Conservation Institute.

Shelley, M. (1987). *The Care and Handling of Art Objects: Practices in the Metropolitan Museum of Art*. New York: The Metropolitan Museum of Art.

Costa, I. (2018). Gestão de risco na circulação de bens culturais: cuidados de manuseamento. In P. M. Homem, A. Marques & M. Santos (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 07, pp. 69-84). Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP.

Smithsonian Institute (2018). *Moving, Packing, and Shipping Furniture*. [Em linha]. Disponível em: https://www.si.edu/mci/english/learn_more/taking_care/movefurn.html, a 10.06.2018.

Stolow, N. (1979). *Conservation Standards for Works of Art, In and On Exhibition*. Paris: UNESCO.

Sugden, R. P. (1946). *Care and Handling of Art Objects*. New York: The Metropolitan Museum of Art.

Tétreault, J. (2003). *Airborne Pollutants in Museums, Galleries and Archives: Risk Assessment, Control Strategies and Preservation Management*. Ottawa: Canadian Conservation Institute.

Thompson, G. (1986). *The Museum Environment* (2nd ed.). Oxford: Butterworth-Heinemann.

Waller, R. (1994). "Conservation risk assessment: a strategy for managing resources for preventive conservation". In A. Roy & P. Smith (Eds.), *Preventive Conservation Practice, Theory and Research: Preprints of the Contributions to the Ottawa Congress, 12-16 September 1994* (pp. 12-16). London: The International Institute for Conservation.

WALLER, R. (2002). A risk model for collection preservation. In R. Vontobel (Ed.), *Triennial Meeting 13 Rio de Janeiro - ICOM Committee for Conservation* (pp. 102-107). London: James & James.